CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE DA CAIXA ASSET E NA GESTÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

Versão JAN 2025

Vigência: 13/01/2025

SUMÁRIO

1. OBJETIVO	3
2. DEFINIÇÕES.....	3
3. NORMAS.....	5
3.1 DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
3.2 PAPÉIS E RESPONSABILIDADES	6
3.3 INTEGRAÇÃO ENTRE AS ÁREAS E PROCESSOS	7
3.4 PROCEDIMENTO DE PRIORIZAÇÃO.....	9
4. PROCEDIMENTOS	11
5. ANEXOS	11

1. OBJETIVO

Estabelecer e divulgar regras e procedimentos de controles internos e compliance para atendimento às normas, políticas, regulamentações vigentes e aos padrões éticos e profissionais, referentes a CAIXA ASSET e nas atividades relacionadas com o serviço de gestão de recursos de terceiros, conforme Resolução CVM 21/2021.

2. DEFINIÇÕES

- Alta Administração – Refere-se ao Conselho de Administração e à Diretoria da CAIXA ASSET;
- ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
- ASG – Ambiental, Social e Governança (em inglês ESG-Environmental, Social and Governance”), sigla utilizada para medir e informar as práticas e dados referente aos aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa;
- CAIXA ASSET – Caixa Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários S.A. ou Companhia;
- Compliance – Termo em inglês que significa cumprir, executar, satisfazer, realizar algo imposto. É o dever de cumprir, de estar em conformidade e fazer cumprir regulamentos e normas internas e externas;
- Controle Interno – Processo efetuado pela Alta Administração ou qualquer outro funcionário da CAIXA ASSET, desenhado para fornecer garantia razoável em relação à realização dos objetivos nas categorias: eficácia e eficiência das operações, confiabilidade das informações financeiras e não financeiras e compliance com leis e regulamentos aplicáveis;
- Conflito de Interesses – Situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública. A ocorrência de Conflito de Interesses independe da existência de lesão ao patrimônio público, bem como do alcance efetivo do benefício, econômico ou não, pelo agente público ou por terceiro;
- Controladora ou CAIXA – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, acionista único da CAIXA ASSET;
- Conglomerado CAIXA – Conjunto de empresas formado pela CAIXA e pelas empresas nas quais a CAIXA possui participação societária direta ou por meio de suas subsidiárias
- Cultura organizacional de controle e compliance – Conduta de cada empregado e Dirigente acerca da importância dos controles e do compliance para o sucesso e como parte intrínseca dos negócios, observância espontânea de todos os procedimentos e normas de controle e compliance e atitudes preventivas destinadas à sua promoção e melhoria contínua em todas as atividades sob sua responsabilidade;

- CVM – Comissão de Valores Mobiliários;
- Denúncia – Relato que indica a prática de irregularidade ou de ilícito, cuja solução depende da atuação das unidades apuratórias internas competentes;
- Dirigente – Denominação comum ao Diretor-Presidente e Diretores Executivos;
- Dirigentes da CAIXA ASSET – Membros da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração da Companhia;
- Due Diligence – Mecanismo para as pessoas jurídicas identificarem os parceiros comerciais com os quais se relacionam ou pretendem se relacionar, incluindo a verificação de sua imagem e reputação perante o mercado em que atuam e o eventual envolvimento em casos de corrupção, fraudes, lavagem de dinheiro e outros ilícitos relevantes;
- Escopo – Compreende a abrangência e os limites do trabalho;
- Gestão de Recursos de Terceiros – Conforme Resolução CVM 21/2021, a atividade do gestor de recursos autoriza a gestão de uma carteira de valores mobiliários, incluindo a aplicação de recursos financeiros no mercado de valores mobiliários por conta do investidor;
- Integridade – Alinhamento consistente e aderência a valores éticos, princípios e normas para garantir e priorizar os interesses públicos sobre os interesses privados no setor público;
- LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados;
- LDFTP – Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destrução em Massa;

3. NORMAS

3.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

A GECAT avalia, como unidade de 2ª linha, a adequação e efetividade do Sistema de Controles Internos na CAIXA ASSET, em consonância com as normas internas e externas aplicáveis à Companhia, considerando a atividade de gestão de recursos de terceiros.

Para essa avaliação, busca-se verificar se o Sistema de Controles Internos está aderente ao que preconiza a Política de Controle Interno, Compliance e Integridade da CAIXA ASSET e as boas práticas de mercado, bem como se os procedimentos definidos nas políticas, normas e metodologias definidas pela Alta Administração estão sendo adotados pelas unidades envolvidas.

O engajamento de todas as unidades em relação ao compliance e controles internos visa estabelecer a adequada segregação de funções e independência das áreas/atividades.

O Relatório de Controles Internos (RCI) é o documento, elaborado anualmente pela GECAT, que contém informações acerca do Sistema de Controles Internos da CAIXA ASSET, em consonância com a determinação das Resoluções CVM nº 21 de 25/02/2021, CVM nº 30, de 11/05/2021, CVM nº 35 de 26/05/2021, CVM nº 50 de 31/08/2021, CGPAR nº 48 de 06/09/2023 e CMN nº 4.968 de 25/11/2021.

As diretrizes e responsabilidades para mitigar o risco de envolvimento em situações que configurem Conflito de Interesses estão descritas na Política de Prevenção ao Conflito de Interesses da Companhia.

As Regras e Procedimentos de Controles Internos – CAIXA ASSET, disponíveis no sítio da CAIXA ASSET na internet, estão reproduzidos na íntegra no Anexo deste documento, em cumprimento à Resolução CVM n.º 21/2021.

Os responsáveis pela função de Compliance têm livre acesso às informações necessárias, em quaisquer espécies de repositórios, para o exercício de suas atribuições, conforme preconiza a Resolução CMN nº 4.595/2017.

A Diretoria de Riscos, Governança, Integridade e Compliance (DIRIC) atua de maneira independente podendo se reportar diretamente ao Diretor-Presidente, ao Comitê de Riscos e Capital e ao Conselho de Administração da Companhia, quando necessário.

3.2 PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

Em linha com a Controladora, e para garantir uma abordagem integrada entre as áreas envolvidas, a CAIXA ASSET adota o Modelo de Três Linhas.

O modelo contempla a identificação, mensuração, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos em processos, produtos e serviços.

As linhas estão estruturadas da seguinte forma:

- **Primeira Linha:** composta por todas as unidades da CAIXA ASSET, que são responsáveis pela gestão de riscos dos seus processos;
- **Segunda Linha:** compete à Diretoria de Riscos, Governança, Integridade e Compliance (DIRIC), bem como à Superintendência Nacional de Risco, Compliance e Governança (SURIG), por intermédio da Gerência Nacional Governança, Risco Especializados e Compliance (GECAT), avaliar os controles de processos e o atendimento aos requisitos de compliance, tendo livre acesso às informações necessárias, em quaisquer espécies de repositórios, para o exercício de suas atribuições. Compete ainda, à Gerência Nacional Risco Financeiros (GERAT), gerir os riscos financeiros dos produtos, serviços e processos da CAIXA ASSET;
- **Terceira Linha:** constituída pela Auditoria Interna, que atua de forma independente das demais unidades e é responsável por reportar às instâncias competentes, os aspectos relevantes relacionados ao risco, controle e governança.

As unidades da CAIXA ASSET possuem funções específicas, com papéis e responsabilidades definidas, e buscam a integração e o compartilhamento de conhecimento, informações, bem como o acultramento da Companhia para maior eficiência no desempenho de seus respectivos mandatos.

A responsabilidade pelo adequado funcionamento do sistema de compliance e controles internos é de todos os envolvidos na Companhia, que devem agir com conduta ética e serem diligentes com as suas atividades.

De modo a assegurar a eficiência e a eficácia das ações adotadas, buscando atingir os objetivos da Companhia, todas as áreas que compõem as três linhas devem atuar de forma integrada, compartilhando conhecimento e informações, auxiliando cada área a desempenhar, de maneira eficiente, suas atribuições.

3.3 INTEGRAÇÃO ENTRE AS ÁREAS E PROCESSOS

O Sistema de Controles Internos deve atuar de forma integrada, com clara divisão de papéis e responsabilidades de todas as áreas que compõem as Três Linhas, considerando a estrutura abaixo:

Alta Administração: embora não faça parte da composição das três linhas, a Alta Administração, com o apoio da estrutura de governança da CAIXA ASSET, delibera sobre os objetivos que estão alinhados à missão, visão e ao planejamento estratégico, estabelecendo a estrutura de controles internos e disponibilizando os recursos necessários de acordo com o grau de complexidade, bem como a disseminação da cultura de controles em toda a Companhia.

Compliance: atua na verificação da conformidade e dos controles internos a fim de identificar, evitar e/ou minimizar as ocorrências de inconformidade por meio de processos de avaliação, recomendação, monitoramento e reporte dos riscos, observando o regime de responsabilidades da regulação e autorregulação e a estruturação das linhas.

Gestão de Riscos: a CAIXA ASSET controla, monitora e mitiga as exposições aos riscos dos seus produtos, processos e serviços, a fim de minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na performance e no cumprimento dos objetivos de seus

produtos e serviços e da Companhia. Nesse sentido, as áreas de Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos trabalham em sinergia e de forma complementar.

Unidade Interna: interage com as demais áreas de primeira linha e controles internos (segunda linha), na construção de processos com controles eficientes e eficazes por meio da avaliação e do monitoramento dos controles implementados nos processos, buscando minimizar a exposição a riscos, bem como assessorar as áreas na correção dos desvios identificados.

Integridade: a CAIXA ASSET possui mecanismos e procedimentos internos de ética e integridade que devem reger a atuação de todos os empregados e Dirigentes da Companhia, materializados no Guia de Integridade da CAIXA ASSET, disponível no site da Companhia, desenvolvido com objetivo de agregar os mecanismos utilizados para prevenir, detectar e sanar irregularidades e atos ilícitos praticados, contribuindo para fortalecer a cultura de integridade e transparência na empresa. Os mecanismos acima citados buscam impedir condutas que impeçam que a CAIXA ASSET seja envolvida em ações de corrupção e demais atos de quebra de integridade.

Correição: o processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado nos Códigos de Ética e de Conduta da CAIXA ASSET ou que infrinja o Regulamento de Pessoal da CAIXA (Controladora) ou os normativos internos da Companhia. Observa o preconizado nas normas vigentes, conforme Convênio de Compartilhamento, sob gestão da unidade de Corregedoria da CAIXA.

Ouvidoria: responsável por apurar e avaliar as denúncias recepcionadas pelo canal divulgado no sítio da Companhia, por meio de compartilhamento com a Controladora, visando garantir o sigilo, segurança na recepção da informação e a proteção dos denunciantes de qualquer espécie de retaliação.

Auditoria Interna: a Companhia utiliza por compartilhamento a estrutura de Auditoria Interna da Controladora no monitoramento dos negócios, para avaliação da adequação e eficácia dos controles internos, a partir da verificação de sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

3.4 PROCEDIMENTO DE PRIORIZAÇÃO

Os temas prioritários a serem avaliados pela GECAT são definidos por Metodologia de Priorização que considera critérios e graduações pré-estabelecidas de relevância para a CAIXA ASSET.

A partir da aplicação da Metodologia de Priorização são definidos os temas considerados prioritários pelos Controles Internos, em seguida, é programada a distribuição e apresentação desses temas, anualmente, à instância de governança competente, conforme e de acordo com o regimento interno de cada Órgão Colegiado Estatutário.

A Metodologia de Priorização possui cinco etapas, sendo:

Primeira etapa: Coleta de manifestações, consulta às Diretorias DIDIP, DITER, DIRICe das unidades GEGEM e GECOF.

Esta etapa consiste em, bianualmente, consultar as unidades acima para indicação/sugestão de temas

Os temas podem abranger os processos relativos às atividades desempenhadas pelas unidades da CAIXA ASSET ou oriundos de normas, regulação ou autorregulação.

A GECAT indicará seus temas a partir das seguintes fontes, mas não se limitando a:

- plano bienal de supervisão baseada em risco da CVM;
- relatório de atividade sancionadora da CVM;
- divulgação de aberturas ou julgamentos de PAS (Processo Administrativo Sancionador), Processos e assinaturas de Termos de Compromisso na CVM;
- relatórios de supervisão da ANBIMA;
- divulgação de aberturas ou julgamentos de PAI (Procedimento para Apuração de Irregularidades), Processos e assinaturas de Termos de Compromisso na ANBIMA;
- solicitações, processos administrativos e julgamentos dos demais órgãos de controle (Ex. TCU –Tribunal de Contas da União);
- solicitações dos órgãos colegiados da CAIXA ASSET;

- recomendações recebidas da Controladora.

Observadas ações de enforcement/ou condenações dos órgãos supervisores tais temas podem ser classificados extemporaneamente e conforme o resultado acarretar na inclusão ou exclusão de temas.

Segunda etapa: Aplicação da metodologia, conforme critérios estabelecidos.

Os critérios e graduações pré-estabelecidos, de relevância para a Companhia.

São parâmetros da metodologia de priorização:

- apontamentos do BACEN / CVM / ANBIMA e/ ou de órgãos de controle e fiscalização e Auditoria Externa;
- recomendação emanada do Conselho de Administração (CA) ou Conselho Fiscal (CF); apontamentos de Auditoria interna, com níveis de criticidade "ALTA" ou "EXTREMA", conforme regras e procedimentos da Controladora para Auditoria Interna;
- pontuação de criticidade para os temas: Integridade, LDFTP, LGPD, Gestão de Recursos de Terceiros, ASG/Sustentabilidade;
- recomendação emanada dos demais órgãos colegiados CAIXA ASSET e unidade de segunda linha da Controladora;
- apontamento de Processo "Crítico" na Gestão de Risco Operacional;
- avaliação do tema sob a perspectiva de governança, risco e compliance;
- recomendação do BACEN / CVM / ANBIMA e/ou de órgãos de controle e fiscalização;
- tema sugerido por uma das unidades da CAIXA ASSET.

Em caso de empate serão priorizados os temas com critérios de maiores pesos dentro da metodologia e, persistindo o empate, serão priorizados temas com maior pontuação na avaliação DIRIC/SURIG de acordo com os pesos estabelecidos para cada critérios.

Terceira Etapa: Delimitação do escopo de atuação.

Nesta etapa serão definidos o escopo e delimitação dos temas selecionados resultantes da aplicação da metodologia de priorização.

Quarta Etapa: Inclusão de temas supervenientes.

Esta etapa consiste em, caso surjam temas supervenientes, incluí-los a qualquer momento, mesmo após a definição dos temas para o biênio, conforme delineados nas etapas anteriores.

Quinta Etapa: Resultado da classificação dos temas e apresentação à instância de governança competente.

Esta etapa consiste na apresentação dos temas anualmente, ou sempre que seja necessária a inclusão de tema superveniente, à instância de governança competente.

Os períodos indicados são referenciais e estarão sujeitos a alterações, considerados fatores supervenientes que possam impactar a consecução das tarefas.

O cronograma tentativo, elaborado com base na classificação, será apresentado à instância de governança competente.

O resultado anual das ações tomadas com base na classificação é parte do Relatório de Controles Internos (RCI).

4. PROCEDIMENTOS

Os procedimentos referentes às atribuições mencionadas no Anexo I encontram-se normatizados pelas unidades da CAIXA ASSET.

5. ANEXOS

Páginas subsequentes.

ANEXO I – REGRAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLES INTERNOS – CAIXA ASSET

1. APRESENTAÇÃO

Este Manual consolida conceitos e metodologias de verificação do atendimento às regras emitidas pelos órgãos regulatórios e fiscalizatórios, bem como os instrumentos de conformidade e controle utilizados pela CAIXA ASSET nas atribuições da Companhia.

2. OBJETIVO

Promover as condições para assegurar a efetividade dos controles internos e o estado de compliance da CAIXA ASSET e na gestão de recursos de terceiros.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1 SEGREGAÇÃO DE ATIVIDADES

A CAIXA ASSET é uma subsidiária da CAIXA e desempenha as atividades de administração de carteira de valores mobiliários, de acordo com a Resolução CVM n.º 21, na categoria de gestor de recursos.

A estrutura física e de segurança das informações, incluídas as instalações e equipamentos, são disponibilizadas pela Controladora CAIXA por meio de Acordo de Compartilhamento. Contudo, o acesso, físico e virtual, é segregado, sendo facultado somente ao público autorizado e conforme definido por meio de matriz de acesso, considerando os mandatos e estrutura de funções gratificadas da CAIXA. Há segregação das informações entre as atividades de gestão de ativos e as atividades da área de riscos financeiros, riscos especializados, governança e compliance, em atendimento à Resolução CVM n.º 21, de forma a evitar potenciais situações de conflito de interesse, preservar o sigilo das informações e mitigar ocorrências de não-conformidade.

3.2 ESTRUTURA DA CAIXA ASSET

A Gerência Nacional Riscos Financeiros (GERAT) é a área responsável pelo gerenciamento dos riscos financeiros e a Gerência Nacional Governança, Riscos Especializados e Compliance (GECAT) é a área responsável pela governança, riscos especializados e compliance da CAIXA ASSET, sendo que ambas estão vinculadas diretamente à Superintendência Nacional Risco, Compliance e Governança (SURIG) e à Diretoria de Riscos, Governança, Integridade e Compliance (DIRIC), de modo a exercer suas funções com independência.

3.3 ESTRUTURA DO COMPLIANCE NA CAIXA ASSET

Na CAIXA ASSET, há equipes lotadas na Gerência Nacional Governança, Riscos Especializados e Compliance (GECAT) especialmente dedicadas à conformidade nas atividades inerentes à Companhia, coordenadamente às áreas de gerenciamento de risco e auditoria interna.

As equipes da GECAT visam assegurar, em conjunto e de modo colaborativo com as demais unidades, o estado de compliance da CAIXA ASSET, agregando valor aos processos, políticas e diretrizes, instâncias decisórias e serviços da Companhia mediante a orientação e conscientização, detecção e prevenção de atividades e condutas que possam ocasionar riscos de não conformidade..

4 AMBIENTE DE CONTROLE INTERNO, COMPLIANCE E INTEGRIDADE - ATRIBUIÇÕES

4.1 GOVERNANÇA, RISCOS ESPECIALIZADOS E COMPLIANCE – CAIXA ASSET E GESTÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

Considerando a segregação de atividades e a especialização da CAIXA ASSET, há equipes específicas na GECAT que atuam na manutenção do estado de compliance e dos controles internos, tanto dos serviços de gestão de recursos de terceiros, quanto das demais atividades da Companhia, observando o regime de responsabilidades da Resolução CVM n.º 21, bem como as demais normas que regem a Companhia, atuando conforme estruturação de linhas de defesa do Conglomerado CAIXA.

Neste contexto, a atuação do controle interno e compliance, tem como finalidade identificar, evitar ou minimizar as ocorrências de inconformidade por meio de processos de avaliação, recomendação, monitoramento e reporte dos riscos, com atuação em conjunto às demais unidades da CAIXA ASSET.

A Diretoria de Riscos, Governança, Integridade e Compliance e a Superintendência Nacional Risco, Compliance e Governança, por meio da Gerência Nacional Governança, Riscos Especializados e Compliance, possuem corpo gerencial e técnico distribuídos em células específicas, observados os pilares de conformidade estabelecidos, sendo suas principais atribuições no âmbito da gestão de recursos de terceiros, bem como no monitoramento das atividades da CAIXA ASSET:

I) GOVERNANÇA E COLEGIADOS

- Modelo, regulamentação do funcionamento e coordenação dos órgãos colegiados estatutários e internos da CAIXA ASSET, incluindo acompanhamento de suas demandas;
- Diretrizes e controle do modelo, instrumentos e documentos de governança;
- Coordenação e apoio à eleição, posse, assessoria e relacionamento com membros e ex-membros de órgãos colegiados da CAIXA ASSET.

II) COMPLIANCE

- Metodologia e monitoramento do ambiente de compliance e integridade;
- Metodologia e supervisão dos controles internos e conformidade dos processos das unidades;
- Diretrizes para estruturação e procedimentos na elaboração de normativos da CAIXA ASSET;
- Relacionamento e atendimento a órgãos de fiscalização, regulação e autorregulação e da Junta Comercial;
- Gerenciar e controlar procedimentos relacionados à PLD/FTP, Programa de Integridade e Código de Ética e Conduta da CAIXA ASSET;
- Controlar a adequação dos processos e normas internas da CAIXA ASSET às diretrizes da CAIXA, normas e regulamentações externas;
- Monitoramento do ambiente de Compliance e Integridade da CAIXA ASSET;

- Supervisão dos controles internos e conformidades das Unidades da CAIXA ASSET;
- Analisar e reportar ocorrências de não conformidade;
- Conduzir testes periódicos de verificação de controle e aderência nas normas internas e atividades exercidas nas Unidades da CAIXA ASSET;
- Propor correções e recomendações de melhorias decorrentes dos resultados apurados no controle interno;
- Realizar Due Diligence para contratação de prestadores de serviços, avaliação de gestores externos de veículos passíveis de alocação pelos Fundos de Fundos geridos pela CAIXA Asset e/ou seleção de gestores externos para parcerias de lançamento de Fundos Espelhos, quando aplicável;
- Disseminar cultura de controles internos;
- Prestar suporte e relatar sistemática, periódica e tempestivamente à Presidência da CAIXA ASSET sobre os resultados dos monitoramentos e verificações realizadas, com suas recomendações e providências adotadas, mantendo os dirigentes informados sobre as atualizações relevantes; e
- Elaborar e apresentar o Reporte Anual de Controles Internos à Alta Administração da CAIXA ASSET e CVM.

III) RISCOS ESPECIALIZADOS

- Definir modelos, políticas e metodologias para integração e mensuração dos riscos especializados, incluindo operacionais, de estratégia, de reputação e de terceiros;
- Gerenciar e monitorar os riscos especializados, incluindo operacionais, de estratégia, de reputação e de terceiros;
- Definir modelos, políticas e metodologias para integração e mensuração, gerenciamento e monitoramento dos riscos e oportunidades ASG;
- Disseminar, atualizar, aprimorar e integrar aspectos ASG no processo de investimento dos produtos geridos pela CAIXA ASSET e planejamentos e/ou novas estratégias; e
- Coordenar o processo para obtenção e manutenção dos ratings de qualidade de gestão.

5. IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA E PROCEDIMENTOS DE CONTROLE INTERNO, COMPLIANCE E INTEGRIDADE

Para promoção da Política de Controle Interno, Compliance e Integridade na CAIXA ASSET, a GECAT adota procedimentos para acompanhar as atividades da empresa de modo a identificar eventuais falhas efetuando os reportes às unidades e verificando as providências adotadas.

Além disso, em aderência à estratégia de linhas de defesa e às diretrizes de compliance, são adotados na CAIXA ASSET procedimentos de controles internos para mitigar os riscos no desempenho de suas atividades.

A GECAT possui acesso irrestrito às informações, sejam eletrônicas, documentos físicos e gravações das ordens emitidas nas negociações de ativos, para acompanhamento e identificação de ocorrências de risco ou não conformidade relacionadas a cada tipo de atividade no âmbito da CAIXA ASSET.

5.1 ÉTICA E CONDUTA

Os empregados e Dirigentes da CAIXA ASSET observam o Código de Ética e de Conduta da empresa comprometendo-se com a adesão e total cumprimento de seus dispositivos.

Os investimentos pessoais dos colaboradores da instituição estão sujeitos a restrições, determinadas no Código de Ética e de Conduta, que é objeto de adesão anual por parte de todos os colaboradores que integram a CAIXA ASSET.

O Código de Ética e de Conduta da CAIXA ASSET, também prevê a aplicação de penalidades administrativas e disciplinares, sem prejuízo de eventuais sanções cíveis e/ou penais previstas na legislação vigente, em caso de descumprimento das normas internas.

5.2 CONFLITOS DE INTERESSE

A segregação das áreas e atividades da CAIXA ASSET apresentada na estrutura organizacional busca assegurar a mitigação de conflitos de interesse. Além disso, a Diretoria de Riscos, Governança, Integridade e Compliance, a Superintendência Nacional Risco, Compliance e Governança e a Gerência Nacional Governança, Riscos Especializado e Compliance, áreas da

CAIXAASSET, são as responsáveis pela verificação da efetividade dos controles internos da Companhia, exercendo suas funções com independência.

É vedado aos empregados e Dirigentes da CAIXAASSET solicitar ou aceitar qualquer tipo de pagamento, remuneração, comissão, presente, brinde, entretenimento, contribuição, dação ou doação, compensação, gratificação ou qualquer outra vantagem financeira ou de qualquer natureza, bem como obter, de outra forma, proveito da posição ocupada em benefício próprio, de seus familiares ou de outras pessoas vinculadas. A GECAT envia aviso periodicamente a todos os empregados e Dirigentes da empresa alertando sobre essa vedação.

A equipe de Governança e Compliance da Gerência Nacional Governança, Riscos Especializados e Compliance participa obrigatoriamente de todos os comitês internos da CAIXA ASSET para, além de verificar a governança, assegurar a participação de integrantes relacionados às respectivas responsabilidades e atividades para evitar situações de potenciais conflitos de interesse no desempenho das funções de gestão de recursos e gestão de riscos.

O Código de Ética e Conduta da CAIXA ASSET prevê a proibição de prestar serviços profissionais a empresas concorrentes, remunerados ou não, independentemente da relação em que se baseiem. Proíbe ainda ter participação societária em empresas que tenham como objetivo serviços ou produtos ligados ao mercado financeiro e de capitais ou prestar serviços de consultoria em atividades correlatas ao mercado financeiro, que gerem conflitos ou potenciais conflitos de interesses em relação às atividades exercidas na CAIXA ASSET.

A observância às Diretrizes de Investimentos Pessoais da CAIXA ASSET é verificada periodicamente pela GECAT mediante rotina sistemática para identificar eventual investimento de empregado e Dirigente em desacordo com a Política.

5.3 PROGRAMA DE INTEGRIDADE

A CAIXA ASSET possui os instrumentos utilizados na prevenção, detecção e combate à corrupção, evidenciando o comprometimento da Empresa, evidenciado em suas Políticas, regras e diretrizes, com o combate e a rejeição à corrupção em todas as suas formas, em especial, no tocante à adoção de políticas de integridade, com procedimentos definidos

de forma a prevenir o envolvimento da Instituição, empregados, Dirigentes e terceiros que atuam em seu nome, em atos lesivos contra a administração pública.

Tal arcabouço visa evidenciar o compromisso da Instituição, por meio de seus Dirigentes e empregados, no combate sistemático ao envolvimento em atos ilícitos, nas formas ativa ou passiva.

É estruturado, implementado e atualizado de acordo com as características e riscos das atividades da CAIXA ASSET, em observância ao Decreto nº 11.129/22 que regulamentaa Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção).

As unidades responsáveis pelas atividades acima estabelecem orientações normativas, as mantêm atualizadas, verificam se estão sendo cumpridas, implantam as ações necessárias, definem objetivamente as responsabilidades e fornecem informações destinadas à gestão do programa de integridade.

Além disso, há divulgação das medidas anticorrupção, adoção de procedimentos de diligência considerando as diretrizes do Programa de Integridade da CAIXA ASSET, controle de reunião de empregados e Dirigentes com terceiros não pertencentes ao quadro de pessoal da CAIXA ASSET, , além de outras ações previstas nas normas internas sobre o tema.

5.4 PREVENÇÃO E CONTROLE À LAVAGEM DE DINHEIRO E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E FINANCIAMENTO DA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA

A CAIXA ASSET, como integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, especialmente por meio da rede de atendimento de sua Controladora CAIXA, adota a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destrução em Massa da CAIXA, a qual dispõe sobre as diretrizes e os princípios - autenticidade, confidencialidade, conformidade, “Conheça seu Cliente”, “Conheça seu Empregado”, “Conheça seu Parceiro”, “Conheça seu Fornecedor”, Due Diligence, efetividade e ética - que devem ser observados por todos os empregados e Dirigentes.

Os normativos internos da companhia estabelecem metodologia, regras e procedimentos de classificação de risco de LDFTP, que suportam avaliação e atribuição do grau de risco nos relacionamentos firmados pela CAIXA ASSET para evitar que a companhia seja utilizada na prática dos crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.

Em atendimento à regulação interna e externa sobre o combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, a CAIXA ASSET dispõe de rotinas internas que visam identificar, inibir, controlar e reportar as ocorrências suspeitas que envolvam atividades da Companhia, abrangendo o acompanhamento, controle e execução das determinações legais.

5.5 DUE DILIGENCE E MONITORAMENTO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO E GESTORES EXTERNOS

É realizado o processo de Due Diligence para a contratação de prestadores de serviços para os fundos de investimento geridos pela CAIXA ASSET, bem como para gestores externos que podem compor a carteira de fundos de investimento geridos pela Companhia, de acordo com as normas vigentes e melhores práticas do mercado.

A revisão dos documentos, processos e informações apresentadas pelo prestador de serviços/gestor externo é realizada periodicamente, conforme normas internas vigentes.

Há o monitoramento dos prestadores, considerando a qualidade dos serviços prestados (ocorrências de falhas e intempestividades no atendimento), bem como as recomendações realizadas no processo de *Due Diligence*.

5.6 INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS

Com relação às informações obrigatórias para cotistas e órgãos reguladores, a GECAT pode realizar testes de conformidade periódicos. Acompanha, também, as comunicações de órgãos reguladores e autorreguladores quanto ao prazo de resposta e correção dos documentos.

5.7 CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

O tratamento da informação na CAIXAASSET é devidamente normatizado, segue o padrão do Conglomerado do CAIXA e envolve a atribuição de grau de sigilo e grupos de divulgação, independentemente do meio, suporte ou forma em que é armazenada, veiculada ou transportada.

A classificação da informação é obrigatória para todo dado e informação produzidos ou sob sua custódia, independentemente do suporte ou da forma utilizada para o seu armazenamento ou transmissão. A classificação ou reclassificação, bem como a alteração do prazo de sigilo, das informações com grau de sigilo atribuído é formalizada, sendo associada aos grupos de divulgação.

Há também padrões e critérios de segurança tecnológica estabelecidos para acesso lógico aos recursos computacionais da CAIXA ASSET pelos usuários internos, também conforme métodos adotados pelo Conglomerado CAIXA.

Nesse sentido, a matriz de perfis de acesso aos sistemas é baseada nas melhores práticas de gestão de segurança tecnológica e tem como fundamento a premissa de que a informação deve estar disponível apenas a quem realmente necessite dela para desempenho de suas atribuições, observadas as áreas de atuação das Unidades e segregação de atividades, bem como a confidencialidade dos dados, com revisão periódica da concessão do acesso.

O nível de acesso é determinado para todos os sistemas conforme os perfis de acesso definidos pelo gestor da informação, em consonância com a metodologia de desenvolvimento adotada e as regras de tratamento de informação.

Para segurança de acesso à rede e sistemas da CAIXA ASSET, há necessidade do uso de senhas, com definição de quantidade e tipo de caracteres mínimos, bem como troca periódica, conforme normas internas.

O acesso à internet (com upload de arquivos) é permitido considerando a função do empregado e necessidade de acesso à informação para o desempenho de suas atividades, sendo, em regra, proibido o acesso a serviços de e-mail externos nos computadores da empresa.

Os acessos remotos são controlados por VPNs permitidos para determinados perfis de usuário definidos em normas internas. Os dados e informações disponibilizados para acesso remoto trafegam protegidos contra acesso e leitura não autorizados (garantia de sigilo) e alteração (garantia de integridade).

Os procedimentos de realização do backup e da restauração de dados são periódicos e atendem às definições das áreas gestoras dos sistemas e das informações, e estão formalizados nos manuais operacionais pertinentes.

Há padrões e procedimentos para instalação, configuração, utilização e atualização de software antivírus na CAIXA ASSET, com objetivo de garantir segurança aos sistemas e informações, contra a invasão de vírus (código hostil), bem como de softwares de firewall, entre outros, para a proteção e segurança.

Há obrigatoriedade de todos os empregados e Dirigentes da CAIXA ASSET assinarem o compromisso com a segurança da informação considerando a confidencialidade das informações que lhes tenham sido confiadas em virtude do exercício de suas atividades profissionais.

5.8 SEGURANÇA CIBERNÉTICA

A atuação da CAIXA ASSET para garantir a segurança cibernética é compartilhada com a CAIXA, de forma proativa e preventiva, na neutralização de ameaças de Segurança Tecnológica e, de forma corretiva, na eliminação ou redução dos impactos causados por incidentes dessa natureza ocorridos no ambiente computacional na CAIXA, ou a ela direcionadas.

A gestão de riscos de TI é pautada no conceito de linha de defesa, de modo que todas as Unidades da CAIXA ASSET são responsáveis pelo gerenciamento de seus processos sobre a ótica de controles e riscos; gerenciamento dos riscos em todas as etapas dos seus processos/produtos/serviços com definição dos controles e mitigadores correlatos às suas atividades e indicadores de controles, limites e reportes para monitoramento às áreas pertinentes.

O nível de risco de TI é classificado conforme probabilidade de ocorrências e impactos associados aos ativos (perda de confidencialidade, integridade, perda financeira, de reputação, nãoconformidade, etc.), considerando as vulnerabilidades e ameaças identificadas, bem como as seguintes categorias de ativos: informações, pessoas, processos, infraestrutura, serviços de TI e fornecedores.

A gestão de riscos de TI é iterativa-repetida periodicamente para verificação da efetividade dos controles implementados e se não surgiram novos riscos. Os controles implementados são testados periodicamente para garantir sua efetividade no decorrer do tempo.

Além da gestão de riscos de TI, para assegurar a segurança cibernética, é realizada, pelo Centro de Operações de Segurança – COS da CAIXA, estrutura compartilhada com a CAIXA ASSET, o monitoramento e notificação das ocorrências de incidentes que possam trazer riscos de Segurança Tecnológica à rede e aos sistemas da CAIXA ASSET.

O tratamento de incidentes não resolvidos em primeiro nível é realizado pelo Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança Tecnológica da CAIXA, estrutura compartilhada com a CAIXA ASSET, que efetua a análise e aplica as contramedidas necessárias, coordena as ações de resposta e gera relatórios e avisos de segurança.

5.9 GESTÃO DE CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

O Plano de Continuidade dos Negócios da CAIXA ASSET estabelece os procedimentos operacionais da CAIXA ASSET visando garantir a continuidade de seus processos/subprocessos críticos e minimizar os impactos decorrentes de interrupções, além de recuperar perdas de ativos físicos, financeiros e de informação em nível aceitável, por intermédio de ações de resposta a incidentes e recuperação de desastres. Isso inclui a resiliência dos sistemas e processos e, de maneira mais geral, a capacidade da organização de continuar operando seus negócios durante interrupções.

Dispõe-se de local alternativo físico para execução das atividades operacionais em que são realizados testes técnicos e funcionais periodicamente.

A Gestão de Continuidade de Negócios - GCN da CAIXA ASSET envolve:

- a) Identificar os produtos/serviços e os processos/subprocessos que os integram;
- b) Analisar os impactos de não retomar os processos/subprocessos e os recursos dos quais dependem;
- c) Compreender o risco de interrupção;
- d) Determinar prioridades, prazos, capacidade e estratégias para retomar a entrega de produtos e/ou serviços;
- e) Ter soluções e planos para retomar os processos/subprocessos dentro dos prazos necessários após uma interrupção;
- f) Garantir que esses arranjos sejam analisados criticamente e atualizados de forma regular para que sejam eficazes em todas as circunstâncias.

Há grupos funcionais definidos para decretação da situação de contingência com tomada de decisão estratégica à gestão de crise; gestão dos cenários de contingência e apoio às decisões e para execução das atividades críticas estabelecidas.

5.10 MONITORAMENTO DE NORMAS EXTERNAS E AVALIAÇÃO DE IMPACTO

É realizado o monitoramento diário das normas externas publicadas relacionadas às atividades pertinentes à companhia e são avaliados os impactos nos produtos, serviços, procedimentos e normas internas da CAIXA ASSET.

Identificado impacto da norma externa nas atividades das Unidades CAIXA ASSET, é elaborado plano de ação com a previsão das adequações necessárias nos procedimentos e normas internas.

5.11 TESTES PERIÓDICOS DE ADERÊNCIA, CONFERÊNCIA E CONTROLE

São realizados testes periódicos de verificação de aderência, conferência e controle para averiguar a conformidade na realização de atividades em relação às normas internas e externas, bem como às recomendações dos órgãos de supervisão e aos Códigos de Conduta e Ética da CAIXA ASSET.

Os testes são realizados por amostragem e podem abranger os processos elencados internamente com relação às atividades desempenhadas pelas unidades da CAIXA ASSET e os indicados nas normas de regulação ou autorregulação.

Os temas dos testes são baseados em eventos noticiados pelos reguladores, autorreguladores, órgãos de controle, órgãos de colegiados e/ou de governança da companhia ou da controladora.

As verificações e recomendações são registradas em relatórios apresentados às unidades para correção ou melhoria dos processos, bem como são submetidos aos Órgãos de governança da CAIXA ASSET, sendo prestado suporte à Alta Administração sobre o tema, mantendo-os informados sobre atualizações relevantes.

5.12 FUNDOS DE INVESTIMENTO – ENQUADRAMENTO, OPERAÇÕES, CADASTRAMENTO, ALTERAÇÃO E ENCERRAMENTO

É realizado monitoramento diário dos procedimentos e informações de desenquadrados fundos de investimento e carteiras administradas, em relação à composição das carteiras frente à legislação vigente e as disposições regulamentares (definidas no regulamento dos fundos) e de comunicação de ocorrências aos órgãos reguladores, bem como verificação periódica das providências adotadas nos casos de desenquadrados não solucionados.

Na gestão de ativos de terceiros, o registro e conferência/autorização de operações são realizadas por diferentes empregados, havendo a gravação de ordens emitidas, com acesso pela GECAT para identificação de ocorrências de risco ou não conformidade.

A CAIXA ASSET conta com a ferramenta de Front-Office (Bloomberg), utilizada pelas unidades de gestão de recursos –DITeRe unidades vinculadas e pela GECAT. As funcionalidades abrangem o processo de emissão e controle de ordens, além das regras de compliance relacionadas às políticas de investimentos dos fundos de investimento.

O acompanhamento periódico das operações pode ser realizado com monitoramento rotineiro ou detecção de desvios relacionados a: limites operacionais, limites de risco,

negociações, concentrações por operador ou corretora etc., para verificação da conformidade e providências ou correções tempestivas para garantir efetividade do Controle Interno.

5.13 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO, COMPLIANCE E INTEGRIDADE DA CAIXA ASSET

O processo de avaliação da conformidade é realizado periodicamente por meio do acompanhamento, monitoramento e verificação de indicadores de efetividade da Política de Controle Interno, Compliance e Integridade, nas atividades pertinentes à Companhia.

6. TREINAMENTO E COMUNICAÇÃO – CULTURA ORGANIZACIONAL DE CONTROLE INTERNO, COMPLIANCE E INTEGRIDADE

6.1 TREINAMENTO

A CAIXA ASSET, por meio de compartilhamento de estrutura com a CAIXA, disponibiliza aos seus empregados e Dirigentes ferramentas para a capacitação e o aperfeiçoamento com cursos da Universidade CAIXA ou promovidos a partir das ações educacionais estabelecidas internamente.

Nesse sentido, há amplo acesso a cursos que abordam temas relacionados à ética, conduta, regulamento de pessoal, prevenção à lavagem de dinheiro, controles internos, gerenciamento de riscos, governança corporativa, gerenciamento de processos e segurança da informação.

O treinamento de PLDFTP é realizado pelos empregados e Dirigentes para o adequado conhecimento da legislação sobre o tema e a identificação de situações suspeitas. Os cursos sobre o tema são obrigatórios no ato da admissão dos empregados e constituem pré-requisito para a participação de seleção interna para promoção de função.

No âmbito das atividades pertinentes à companhia, há obrigatoriedade de se realizar/revisar anualmente os cursos sobre a prevenção à lavagem de dinheiro e de outras ações educacionais, eleitas/promovidas pela área de controles internos e compliance, quando não ofertados por meio de ações de educação corporativa promovidas pela Controladora.

Para auxiliar na informação e capacitação em assuntos relativos à conformidade, além das normas internas e públicas relacionadas às regras e procedimentos sobre o tema, a GECAT, responsável pelos controles internos e compliance, divulga periodicamente aos empregados e Dirigentes informativos com conteúdo sobre regulamentações, orientações e decisões de órgãos de controle e fiscalização relacionadas às atividades inerentes à Companhia.

6.2 COMUNICAÇÃO

Os empregados e Dirigentes da CAIXA ASSET têm acesso a diversos canais de comunicação internamente, disponibilizados pela Companhia e pela Controladora por meio da intranet:

- Jornal da CAIXA;
- Portal dos blogs;
- Portfólio (onde empregados e Dirigentes podem pesquisar sobre os produtos do Conglomerado CAIXA);
- Portal dos manuais normativos de uso interno: documentos em que são registradas as atividades de todas as áreas da CAIXA ASSET e do Conglomerado CAIXA, com indicação de processo, responsáveis, sistemas envolvidos, riscos e prazo de validade do documento, permitindo o controle das revisões e de quaisquer alterações;
- Ouvidoria interna e canais internos para solicitação, reclamação, denúncia e elogio: são acessíveis a todos os empregados e Dirigentes, podendo ser usados para comunicar qualquer violação ao Código de Ética e Conduta da CAIXA ASSET, bem como para o registro de reclamação de produtos/atividades desempenhadas, sendo garantido o direito de sigilo e a possibilidade de denúncia interna anônima.

Além dos meios disponibilizados pela intranet da Controladora, a CAIXA ASSET utiliza intranet proprietária, bem como e-mails profissionais para divulgação de informações em geral, campanhas e outras funcionalidades.

Para o público externo, a CAIXA ASSET disponibiliza sítio na internet, no qual o cliente pode acessar informações e documentos sobre os serviços prestados. A CAIXA ASSET disponibiliza igualmente o Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC, Ouvidoria ou Canal de Denúncias

Externo, compartilhadas com a CAIXA, sendo possível, também, o registro de elogios, reclamações, sugestões ou denúncias, em portal específico constante do sítio.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

A Política de Controle Interno, Compliance e Integridade da CAIXA ASSET é revisada periodicamente com base em indicadores de efetividade e aderência, nas normas vigentes e orientações dos órgãos de fiscalização e controle, quando identificada necessidade de aprimoramento.

O resultado do monitoramento, contendo a avaliação dos controles internos na CAIXA ASSET, bem como as eventuais propostas de melhoria são reportados aos Órgãos de governança da Companhia.

CAIXA Asset